

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2018

De: Diretor-Presidente

Para: Pregoeiro

Solicito informações sobre o Recurso Administrativo impetrado pelas empresas **ADSERVIG – VIGILÂNCIA LTDA.** e **FORCE VIGILÂNCIA LTDA.**, contra nossa decisão de declarar vencedora do pregão acima referenciado, a empresa **MAC VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI – ME.**

Curitiba, 20 de maio de 2019.


FABIO CAMMAROTA
DIRETOR-PRESIDENTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2018

De: Pregoeiro

Para: Diretor-Presidente

**I - RELATÓRIO DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS IMPETRADOS PELAS EMPRESAS
ADSERVIG – VIGILÂNCIA LTDA. E FORCE VIGILÂNCIA LTDA.**

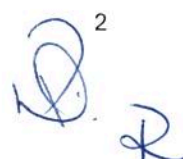
O Pregão Eletrônico nº 052/2018 tem por objeto a “Contratação de pessoa jurídica, em LOTE ÚNICO, para prestação de Serviço de Vigilância Armada, executados de forma contínua e que compreenderá, além da mão de obra, o emprego dos equipamentos necessários à execução dos serviços, destinados ao atendimento das necessidades do Tecpar.

No dia 28 de março de 2019 ocorreu a abertura das propostas e a sessão de disputa de lances do referido certame. Após disputa de lances entre as empresas participantes e a convocação de empresa para novo lance devido a situação de empate detectada pelo sistema, em observância à LC 123/2006, a empresa MAC Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli – ME foi considerada pelo sistema Arrematante do lote, pelo critério de menor preço.

Após a análise da documentação e das planilhas de custos para formação do preço, no dia 06 de maio de 2019 foi elaborada a Ata de Julgamento do certame e declarada vencedora a empresa **MAC Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli – ME**.

Inconformadas com a decisão as empresas **Adservig - Vigilância Ltda. e Force Vigilância Ltda.** apresentaram, tempestivamente, e de acordo com o item 16.1 do Edital, Recurso Administrativo.

II - Antes de adentrar às razões e contrarrazões apresentadas, será feito um breve comentário, o entendimento do Tecpar e a jurisprudência sobre o quesito Habilitação Técnica, o mais questionado nos recursos apresentados:

2


O item 15.6, "a" do Edital solicita:

Apresentação de no mínimo, 01 (um) atestado ou declaração de Capacidade Técnica, em nome da licitante, firmado(s) por Entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda, por empresas privadas, que comprovem que há aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em **características, quantidades** e prazos com o objeto desta licitação. Não serão aceitos Atestados referentes a Contratos que estejam em execução; (grifo nosso)

Referente ao termo "compatíveis em características", citado no item acima, entendemos que a experiência deve ser semelhante, e não idêntica ao objeto licitado. Entendimento corroborado pelo TCU nos julgados descritos abaixo:

*Nas contratações de obras e serviços, as exigências de **qualificação técnica devem admitir a experiência anterior em obras e serviços de característica semelhantes, e não necessariamente idênticas**, às do objeto pretendido (Acórdão 2.914/2013-TCU-Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro); (grifo nosso) e*

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais (Acórdão 449/2017-TCU-Plenário, Rel. Min. José Múcio Monteiro).

Além do mais, a própria Lei nº 8.666/1993 traz em seu art. 30, § 3º, que: "**será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior." (grifo nosso)

Sendo assim, as licitantes do presente processo não são obrigadas a comprovar a aptidão em prestação de serviços de vigilância 12x36 diurno ou noturno, apenas comprovar se já executaram satisfatoriamente a prestação de serviços que tem por característica a vigilância patrimonial de estabelecimentos públicos ou privados e de pessoas.

Cabe ainda destacar, que o termo segurança, citado em um atestado apresentado pela empresa Mac Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli – ME, é muito abrangente, sendo um termo utilizado para se referir a profissionais que prestam serviços na área de segurança, podendo ser: vigilante, guarda, vigia, porteiro, entre outros, porém, após diligência do atestado, que será detalhada em parágrafo mais a frente, foi comprovado que o termo segurança do documento caracterizou serviços prestados por profissionais qualificados, uniformizados, com EPI e com curso de vigilante em dia.

3

Com relação ao termo “quantidades”, é importante frisar que mesmo não estando expresso no edital qual a quantidade solicitada para a comprovação do item 15.6, “a”, a jurisprudência aponta no sentido da Administração Pública **abster-se de exigir quantitativo mínimo de bens e serviços superior a 50% do que se pretende contratar**, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação, o que não ocorreu no presente processo licitatório.

Na mesma linha, a jurisprudência é pacífica no sentido de a Administração privar-se de estabelecer número mínimo de atestados, permitindo assim a somatória dos mesmos para a comprovação de qualificação técnica necessária para a contratação.

De um modo geral, a jurisprudência do TCU afirma no sentido de: A) limitar a 50% do quantitativo a ser executado na futura contratação (Informativos/TCU nº 104, 102, 98, 86, 85, 77, 73, 22 e 21); B) deve-se ainda aceitar o somatório de atestados, sempre que não houver motivo para justificar a exigência de atestado único (Informativo nº 107). C) evitar impor número mínimo de atestados e, caso exija, nessa comprovação podem ser exigidos quantitativos cujo percentual mínimo não seja superior a 50% dos quantitativos de maior relevância da planilha orçamentária, exigindo-se que seja consignado no respectivo processo, expressa e publicamente, os motivos dessa exigência, e demonstre tecnicamente, que os parâmetros adotados são necessários e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se que a exigência não implica restrição ao caráter competitivo do certame, conforme Acórdão TCU nº 1284/2003 – Plenário; D) não exigir de parcelas que não sejam relevantes (Informativo nº 20); E) não limitar a comprovação da experiência anterior a situações que não apresentem peculiaridades que justifiquem a diferenciação (Informativo nº 16); F) não incluir no edital exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

III - A empresa ADSERVIG – VIGILÂNCIA LTDA. 2ª colocada no certame, apresentou Recurso Administrativo contra esta decisão. Seguem abaixo as suas alegações, as contrarrazões da empresa MAC Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli – ME e o parecer da Pregoeira:

“A empresa Mac Segurança e Vigilância Patrimonial Eireli – ME, apresentou inconsistências na documentação para a sua regular habilitação, especialmente em relação à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira. Os atestados de capacidade técnica não comprovam o quantitativo mínimo exigido no edital.”

“Contudo, analisando os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa declarada vencedora do certame, verifica-se que a empresa recorrida não cumpriu com as exigências do Art. 58, da Lei 13.303/2016.

1) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.1) ATESTADO KURICA AMBIENTAL S/A

O atestado apresentado pela empresa não permite mensurar o período da prestação dos serviços, tampouco as características e o quantitativo, pois estão ausentes essas informações no referido atestado. Além disso, em contato telefônico com a empresa, a funcionária Natália afirmou que a empresa Kurica não terceiriza a segurança patrimonial, visto que os referidos serviços são prestados por funcionário próprio.

Contrarrazão:

Em sede alegações a recorrente afirma:

“em contato telefônico com a empresa, a funcionária Natalia afirmou que a empresa KURICA não terceiriza a segurança patrimonial, visto que os referidos serviços são prestados por funcionário próprio”.

A recorrida entrou em contato com a funcionaria Natalia e a mesma informou que trabalha lá desde o ano de 2017 bem como informou que a única ligação ao que recebeu sobre empresa de vigilância era oferecendo seus serviços os e que em momento algum foi lhe perguntado se a empresa Mac teria prestado serviços até porque a funcionária não teria trabalhado na época E SIM VEIO A COMEÇAR A TRABALHAR NA KURICA EM 2017, DOIS ANOS APOS A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE SE DEU NO ANO DE 2015, a mesma afirmou que mesmo que tivesse perguntado sobre a empresa Mac não saberia informar e teria que perguntar para alguém diante dos fatos a requerida junta Notas fiscais que comprova a veracidade, visto que

não há como emitir nota fiscal retroativa e a confirmação da nota fiscal de sua autenticidade se dá no site da prefeitura de Londrina.

Poderia a recorrida juntar declarações e notas fiscais de todos se necessário for, porém os atestados que suprem a capacidade técnica da empresa já estão devidamente preenchidos, não assiste razão há recorrente em divagar sobre conteúdo que sequer comprova.

Insta frisar que compete ao pregoeiro fazer a diligência se achar que há dúvidas, para justamente não ocorrer o que ocorreu as falsas afirmações da recorrente, portanto a juntada de alguns documentos já mostra a realidade dos fatos. Se a devida necessidade de alongar se nesta questão.

Pregoeira:

Em contato telefônico com o Sr. Fábio Henrique Pereira Mano, às 15:45h do dia 28/05/2019, o mesmo informou que a empresa Mac prestou serviços em 2015, com um total de 04 (quatro) postos, no regime 12x36, conforme notas fiscais apresentadas pela referida empresa. Confirmou ainda, que nesse período a funcionária Natália não fazia parte do quadro funcional da empresa, sendo que a mesma começou a trabalhar somente em 2017. Diante da dúvida levantada e, dentro do poder dever da pregoeira, foram efetuadas as diligências relativas ao assunto nas quais foram apresentadas informações e documentos complementares. Sendo assim, entende-se que este atestado deve ser considerado.

1.2) ATESTADO TOTAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

A recorrente apresentou dois atestados da referida empresa, no **primeiro atestado** alega ausência do período, do quantitativo e das características da prestação, razão pela qual esse atestado deve ser desconsiderado para fins de qualificação técnica.

Referente ao **segundo atestado**, em que pese comprovar a prestação dos serviços nas características pretendidas pela empresa licitante - posto de vigilante noturno 12 x 36, não atende as necessidades da administração em relação ao prazo, pois inferior a 36 meses – considerando o período compreendido entre 15/01/2015 a 30/09/2017, tampouco aos quantitativos. O signatário dos atestados emitido pela empresa Total, Sr. José Constantino não é representante legal da empresa, conforme consulta do QSA da empresa na base de dados da Receita Federal, não podendo, portanto, subscrever documentos sem o regular acompanhamento de procuração. Alega, ainda, ter entrado em contato com a empresa Total para diligenciar os atestados, e nenhum funcionário soube responder da existência de contrato firmado entre a Total e a MAC Segurança e Vigilância Patrimonial.

Contrarrazão:

A referida empresa foi prestadora dos serviços em Londrina, para isto foram juntadas, para desmascarar a recorrente que faz falsas acusações, as notas fiscais dos serviços prestados, sendo que foi juntada a 1ª nota emitida e a última, por questões de economia processual. Data do início da prestação do serviço dia 15/01/2015, término dia 30/09/2017.

Notas fiscais que podem ser autenticadas pelo site da Prefeitura de Londrina e que são suficientes para comprovar a prestação de serviço, porém enfatiza que o envio das notas fiscais é mera liberalidade da recorrida.

Insta frisar que alega ter ligado, porém não informa a pessoa que atendeu o telefone o horário da ligação e o número de telefone ligado, ou seja, não há como argumentar diante da inépcia documental.

Não trouxe qualquer comprovação de que a pessoa responsável pela emissão do atestado de capacidade técnica não possua poderes para o fazer, qual fundamentação jurídica a recorrente utilizou-se que somente o proprietário da empresa pode emitir o atestado de capacidade técnica.

Conforme artigo 30 da Lei 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa a qualificação técnica imitar-se-á:

(...)

§ 1º " A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo no caso das licitações pertinentes a obras será feita por atestados fornecidos por nossas jurídicas de direito público ou rival, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

Ou seja, a única exigência da lei é que os atestados sejam emitidos por pessoa jurídica seja ela de direito público ou privado.

Pregoeira:

O primeiro atestado não foi considerado para comprovação de capacidade técnica por entendermos que ambos eram complementares e por pertencerem a mesma contratação. O segundo foi diligenciado para esclarecer dúvidas trazidas com os recursos, e, em contato telefônico com o Sr. José Constantino Caldini, às 15:32h do dia 28/05/2019, ele nos confirmou que a empresa Mac prestou serviços de vigilância armada noturna e serviço de portaria, no período de 15/01/2015 a 30/09/2017, sendo um vigilante armado à noite, no período das 19:00 às 07:00 horas e um porteiro 24 horas (12x36), conforme notas fiscais apresentadas pela recorrida. Em relação ao representante que assinou o referido atestado de capacidade técnica, o Sr. José Caldini informou que é o responsável pelo controle e execução do contrato, entende-se, por este motivo, que o mesmo deve ser considerado.

7



1.3) ATESTADO ARUCEL

Inconsistências também foram observadas no atestado emitido pela Associação Administrativa dos Usuários da CEASA de Londrina – ARUCEL, tendo em vista que não contém o período da prestação dos serviços nem a quantidade de postos e tampouco as características dos postos, como por exemplo, a carga horária.

Contrarrazão:

Para dirimir qualquer dúvida em relação ao atestado de capacidade técnica em anexo o contrato de prestação de serviço, ressalta-se que no edital não exigia a juntada de contrato de prestação de serviço.

Pregoeira:

O atestado apresentado pela empresa acima comprovou inicialmente os serviços de vigilante armado e desarmado. Após a apresentação dos recursos, a empresa Mac enviou uma cópia do contrato firmado com a referida empresa, verificou-se que a empresa disponibilizou um posto de serviço de vigilância armada, em período de 12 horas, com um vigilante das 17:00 às 05:00 horas e outro das 22:00 às 10:00 horas, em regime de escala 12x36. Quanto ao período da prestação dos serviços, o Contrato, em sua Cláusula Sétima, diz: “O prazo do presente instrumento dar-se-á por um prazo indeterminado, com início no dia 14/02/2014 não podendo ser rescindido dentro de um prazo de 01 (um) ano”. Porém, como o edital é soberano e cita no item 15.6, “a”, que não serão aceitos atestados referentes a contratos que estejam em execução; o fato da empresa recorrida não comprovar o término/rescisão do contrato e também a pregoeira não conseguir contato com a ARUCEL para diligenciar o documento, por fim, o atestado não será considerado.

1.4) ATESTADO NOVA GERAÇÃO

A recorrente alega que nos mesmos moldes dos atestados citados, está o apresentado pela empresa Nova Geração Entreterimento Musical, pois também não apresenta o quantitativo dos postos e o prazo dos serviços. A característica dos serviços prestados por essa empresa em nada se identifica ao objeto da licitação, visto que a função de segurança em nada coincide com a função de vigilante. É sabido inclusive, que a função de vigilante exige diversos requisitos, entre eles a formação profissional competente e o respectivo registro na Polícia Federal, nos termos da Lei nº 7.102/83, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.863/94.

Contrarrazão:

Conforme depreende-se na lei 7.102/83 em seu artigo 10, § 2º:

Art. 10. São considerados como segurança privada as atividades desenvolvidas em prestação em serviços com a finalidade de:

§ 2º As empresas especializadas **em prestação de serviços de segurança, vigilância e transporte de valores**, constituídas sob a forma de empresas privadas, além das hipóteses previstas nos incisos do caput deste artigo, poderão prestar ao exercício das atividades de segurança privada a pessoas; a estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências; a entidades sem fins lucrativos; e órgãos e empresas públicas.

Corroborando com este entendimento PORTARIA N° 3.233/2012-DG/DPF em seu artigo 1º, § 3º, IV:

Art. 1º A presente Portaria disciplina as atividades de segurança privada, armada ou desarmada, desenvolvidas pelas empresas especializadas, pelas empresas que possuem serviço orgânico de segurança e pelos profissionais que nelas atuam, bem como regula a fiscalização dos planos de segurança dos estabelecimentos financeiros.

§ 3º São consideradas atividades de segurança privada:

IV - segurança pessoal; atividade de vigilância exercida com a finalidade de garantir a incolumidade física de pessoas, incluindo o retorno do vigilante com o respectivo armamento e demais equipamentos, com os pernoites estritamente necessários; e

Para que o segurança possa trabalhar em boates ou eventos de grande porte ele necessita ter curso de vigilante e somente a empresa que possui a autorização da Polícia Federal pode realizar este tipo serviço, sendo proibido a empresa de terceirizações e outros seguimentos a contratação de segurança para eventos conforme verifica-se na mesma PORTARIA N° 3.233/2012-DG/DPF.

Art. 19 - A atividade de vigilância patrimonial em **grandes eventos, assim considerados aqueles realizados em estádios, ginásios ou outros eventos com público superior a três mil pessoas** deverão ser prestadas por **vigilantes especialmente habilitados**.

Parágrafo único - **A habilitação especial referida no caput corresponderá ao curso de extensão em segurança para grandes eventos**, ministrado por empresas de cursos de formação de vigilantes, em conformidade ao disposto nesta Portaria.

Em outras palavras o vigilante faz um curso de extensão para segurança de grandes eventos, e como, também demonstrado na legislação vigente citada, o serviço de segurança é o mesmo que o de vigilante, necessitando dos mesmos requisitos, curso de formação, registro junto à Polícia Federal, guardam por si só similaridade.

Pregoeira:

Diante da dúvida levantada e, dentro do poder dever da pregoeira, foram efetuadas as diligências relativas ao assunto nas quais foram apresentadas informações e documentos complementares: em contato telefônico com o Sr. Douglas Silva Lopes Soares, às 14:43h do dia 28/05/2019, o mesmo nos informou da idoneidade da empresa Mac que prestou os serviços no período de 10/01/2014 até 10/01/2019, conforme atestado e que todos os seus seguranças possuíam curso de vigilante em dia e também porte de armas durante toda a vigência do contrato, informou ainda ser o responsável por este contrato na empresa, por isso



ter assinado o atestado, e que também está totalmente a dispor para melhores informações. A recorrida comprovou, após diligência, que o contrato não está mais vigente com a cópia do Contrato de Prestação de Serviços e da Rescisão do Contrato. Consta também que para a execução dos serviços do referido contrato foram necessários 60 (sessenta) seguranças semanalmente, em uma escala de 8 horas diárias em horários alternados.

Cabe ainda destacar, que o termo segurança, citado no atestado, é muito abrangente, sendo um termo utilizado para se referir a profissionais que prestam serviços na área de segurança, podendo ser: vigilante, guarda, vigia, porteiro, entre outros, mas, conforme já citado, após apresentação de contrato e realização de diligência ficou comprovado que o termo segurança do documento caracterizou serviços prestados por profissionais qualificados, uniformizados, com EPI e com curso de vigilante em dia.

*Nas contratações de obras e serviços, as exigências de **qualificação técnica** devem admitir a **experiência anterior** em obras e serviços de característica semelhantes, e não necessariamente idênticas, às do objeto pretendido (Acórdão 2.914/2013-TCU-Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro); (grifo nosso)*

Sendo assim, entende-se que este atestado deve ser considerado.

1.5) ATESTADO IPORAMA

Em relação ao atestado apresentado pela empresa Iporama Comunicação Sociedade Simples – ME, embora comprove a prestação dos serviços pelo período de 36 meses, atesta a execução de apenas 01 (um) posto nas características pretendidas pela empresa licitante no PE 052/2018, o que, por ora, não atende os requisitos do edital no tocante ao quantitativo.

Alegou, ainda, estranheza sobre as faixas limites de faturamento de microempresas e o alto preço de custear mensalmente serviços de vigilância.

Contrarrazão:

A recorrida destaca que a recorrente não pode divagar sobre valores e documentos contábeis por não ter tido acesso a esses documentos, bem como a valores de contrato, condições de contratação, etc. das empresas citadas, que são documentos pertencentes a seus proprietários, com quebra de sigilo somente por via judicial.

Menciona, ainda, que falsas acusações podem dar enquadramento de crime por difamação.

Pregoeira:

O atestado declara que os serviços de vigilante armado foram prestados no período de 01/02/2015 a 03/03/2018, composto por um posto de vigilante armado de escala 12x36 horas e um posto com 02 vigilantes armados em escala de 44 horas e que os mesmos foram

executados satisfatoriamente, e não existindo nada que desabone a conduta e a responsabilidade com as obrigações assumidas.

Quanto ao quantitativo de postos, a jurisprudência do TCU é pacífica quanto a legalidade da somatória de atestados.

Em relação a ...” *as faixas limites de faturamento de microempresas e o alto preço de custear mensalmente serviços de vigilância...*”, temos a informar que o edital não traz como requisito a apresentação de atestado de capacidade técnica com empresas com faturamento mínimo ou com empresas qualificadas como grandes empresas ou S/As. Se houvesse esse quesito no edital, entendemos que os princípios da competitividade e princípio da isonomia poderiam estar sendo feridos. Sendo assim, entende-se que este atestado deve ser considerado.

1.6) ATESTADO ESCAPAMENTOS GUAPORÉ

O atestado, apesar de atestar a prestação de serviços de 01 posto armado 24 horas na escala 12 x 36 e outro desarmado na escala 12 x 36 não pode ser considerado para fins de comprovação técnica, tendo em vista que o edital traz vedação expressa sobre a aceitação de atestados relativos a contrato que estejam em execução. A recorrente alega também sobre a Guaporé ser microempresa, igualmente ao atestado anterior, e a capacidade de uma empresa desse porte custear o alto custo de serviços de vigilância.

Contrarrazão:

Em relação aos serviços da Escapamento Guaporé, estes foram encerrados no dia 28/02/2019, portanto, a recorrida não presta mais serviço muito antes da data do pregão, conforme rescisão apresentada pela recorrida.

Sobre a Guaporé ser microempresa, as mesmas contrarrazões apresentadas para o atestado acima valem para este, ou seja, a recorrente não pode divagar sobre valores e documentos contábeis por não ter tido acesso a esses documentos, podendo ser ainda responsabilidade por difamação.

Pregoeira:

Com o intuito de averiguar a dúvida levantada e, dentro do poder dever da pregoeira, foram efetuadas as diligências relativas ao assunto nas quais foram apresentadas informações e documentos complementares: solicitamos à empresa Mac informações sobre o referido atestado, a qual apresentou cópia da rescisão de contrato de prestação de serviços, executado a partir de 01/05/2013 e finalizado em 28/02/2019, comprovando que o contrato não está mais em execução, apesar do atestado se referir: ...”até a presente data de 20 de

abril de 2018". Foi apresentada também declaração assinada pelo Sr. Walfredo Rodrigues Vieira, proprietário, afirmando que a referida empresa executou seus serviços a contento.

Sobre o fato de a recorrente alegar sobre a Guaporé ser microempresa, igualmente ao atestado anterior, e a capacidade de uma empresa desse porte custear o alto custo de serviços de vigilância, informamos que, o edital não tem como requisito a apresentação de atestado de capacidade técnica com empresas com faturamento mínimo ou com empresas qualificadas como grandes empresas ou S/As. Se houvesse esse quesito no edital, entendemos que os princípios da competitividade e princípio da isonomia poderiam estar sendo feridos. Sendo assim, entende-se que este atestado deve ser considerado.

1.7) ATESTADO COPEL

Analisando o atestado apresentado pela Copel, verifica-se que o atestado não discrimina o posto de vigilância, não sendo possível aferir se o posto faz referência ao regime de trabalho pretendido nesta licitação (12x36).

Contrarrazões:

Alega que a recorrente tenta de todas as formas a inabilitação da recorrida, até porque a recorrente, como participante de licitação, inclusive tendo participado de uma licitação da Copel, sabe que todas as empresas da Copel trabalham em escala 12x36. Destaca que as alegações da recorrente não guardam qualquer fundamento.

Pregoeira:

Entendemos que a experiência deve ser semelhante e não idêntica ao objeto licitado. Sendo assim, as licitantes não são obrigadas a comprovar a aptidão em prestação de serviços de vigilância 12x36 diurno ou noturno, apenas comprovar se já executaram satisfatoriamente a prestação de serviços que tem por característica a vigilância patrimonial de estabelecimentos públicos ou privados e de pessoas. Porém, para fins de complementação de informação, a recorrida apresentou o Contrato firmado entre as partes, onde se constatou que o atestado se referia a 1 posto de vigilância armada todos os dias da semana. O atestado não foi considerado, pois o término da vigência foi 30/04/2019 e a abertura do PE 052/2018, ocorreu em 28/03/2019, portanto, o contrato ainda estava em vigência.

1.8) CONTRATO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

O Termo de dispensa de licitação firmando entre a empresa MAC e o TRE em nada colabora para a comprovação de capacidade técnica da empresa, visto que o edital faz menção expressa ao tipo de documento que será aceito para fins de capacitação técnica, não

podendo, neste momento, o Tecpar aceitar documentação diversa daquela previamente estipulada em instrumento convocatório.

Contrarrazão:

Todo e qualquer documento que demonstre ser apto a comprovar a capacidade técnica da empresa deve ser aceito.

Pregoeira:

O contrato apresentado pela empresa MAC, firmado com o TRE, não foi considerado para a comprovação de capacidade técnica, por não atender à exigência do item 15.6, "a" do edital, ou seja, atestado ou declaração de capacidade técnica. Contratos e documentos afins, no referido certame, foram enviados pela recorrida para se defender dos recursos apresentados e complementar informações que a recorrida considerou relevantes.

1.9) CONTRATO COPEL

Situação idêntica ao contrato com o TRE se observa com o contrato apresentado pela empresa MAC e firmado com a Copel, pois o mesmo veio desacompanhado do documento exigido pelo edital, qual seja, o atestado de capacidade técnica.

Contrarrazão:

A recorrida apresentou a mesma contrarrazão ao contrato anterior, a que de todo e qualquer documento que demonstre ser apto a comprovar a capacidade técnica da empresa deve ser aceito.

Pregoeira:

Igualmente à decisão do contrato firmado com o TRE, o contrato apresentado pela empresa MAC, firmado com a Copel, não foi considerado para a comprovação de capacidade técnica, por não atender à exigência do item 15.6, "a" do edital, ou seja, atestado ou declaração de capacidade técnica.

PARECER SOBRE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A empresa MAC Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli - ME, declarada vencedora do certame, apresentou diversos atestados de capacidade técnica para comprovar sua aptidão para desempenhar os serviços contratados. As características ao objeto contratado foram compatíveis em todos os atestados apresentados; a quantidade de postos comprovados inicialmente atendeu a jurisprudência do TCU citada no capítulo II acima, porém, após diligências realizadas com o intuito de averiguar dúvidas levantadas pelos recursos, foi constatado inclusive que a empresa MAC comprovou ultrapassar o quantitativo total de postos

desta licitação; e o prazo de execução de serviços compatíveis ao licitado, também ultrapassou os 3 (três) anos de execução da referida licitação, com a somatória dos atestados de capacidade técnica apresentados.

2) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

2.1) A recorrente alega que, “o balanço patrimonial apresenta inconsistências que não permitem comprovar a autenticidade do documento.”

“5.5.1. Apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do último exercício social, já exigível na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, contendo os respectivos termos de abertura e encerramento, devidamente submetidos a autenticação no órgão competente do registro do comércio.”

Entretanto, analisando a documentação apresentada pela empresa declarada vencedora do certame para fins de qualificação econômico-financeira, verifica-se que o livro diário contém 10 (dez) folhas mecanicamente numeradas, conforme termo de abertura e de encerramento. Todavia, os demonstrativos anexos a esse livro que “teoricamente” deveriam se referir a este livro diário, possuem folhas com numeração superior ao intervalo informado nos termos, o que, por óbvio, desqualifica esse documento. Destaca que devido a esse mesmo motivo, a empresa MAC foi desclassificada em outro pregão, realizado pela Copel.

Contrarrazão:

Ressalta-se que o edital prevê, no item 15.5.1, que deverá ser entregue:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Termos de abertura e encerramento.

Estes documentos foram previamente entregues ao pregoeiro que poderá verificar sua autenticidade junto a Junta Comercial do Paraná. A recorrida ainda destaca que o Acórdão nº 2962/2015-Plenário, corrobora que apenas os documentos exigidos no edital são suficientes para atestar a sua qualificação econômico-financeira:

Acórdão 2962/2015 - Plenário - A exigência de fotocópia integral do livro diário, como requisito de habilitação, contraria o princípio da eficiência administrativa, sendo suficiente para a análise da qualificação econômico-financeira apenas cópias das páginas referentes ao balanço patrimonial, as demonstrações contábeis e aos termos de abertura e de encerramento, autenticadas pela Junta Comercial.

Porém, mesmo não sendo obrigação legal da recorrida, a mesma enviou o livro completo para análise do documento.

Em relação aos números das páginas, tem-se que o contador da recorrida digitou o número errado das páginas onde lê-se 10 páginas, seriam na verdade 22 páginas, conforme afirmação do próprio contador, apresentada em declaração assinada.

O procedimento adotado pelo contador, justificando e ressaltando o erro, está previsto na Instrução Normativa Diretoria do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 11 de 05.12.2013, citada abaixo:

Art. 9º Os instrumentos de escrituração das entidades conterão termos de abertura e de encerramento, que indicarão:

II - Termo de Encerramento:

§ 4º Existindo erro ou omissão de algum dado obrigatório do Termo de Abertura, Termo de Encerramento ou de formalidade intrínseca relacionadas à apresentação ou aparência das demonstrações contábeis, no livro em papel, poderá ser feita ressalva na própria folha ou página, a qual deverá ser assinada pelos mesmos signatários do Termo e homologada pelo autenticador do instrumento pela Junta Comercial, mediante Termo de homologação por esse datado e assinado.

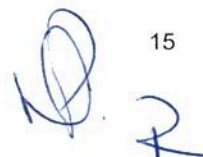
A própria instrução determina que poderá ser feita uma ressalva no mesmo documento para consertar o erro, portanto o erro material do contador não gera desclassificação em licitação e tampouco induz que o documento possui conteúdo errado.

A recorrida ainda frisou que a licitação da Copel, da qual foi desclassificada, ainda não teve declaração de vencedor, razão da qual não pode entrar com recurso, devido ter sido desclassificada erroneamente.

Pregoeira:

Diante da dúvida levantada e, dentro do poder dever da pregoeira, foram efetuadas as diligências relativas ao assunto nas quais foram apresentadas informações e documentos complementares: a empresa MAC Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli – ME, apresentou o Balanço Patrimonial completo, juntamente com a declaração do contador, informando que houve um erro de digitação no termo de encerramento 2017, onde foram digitados um total de 10 páginas e o correto são um total de 22 páginas. Por essa razão, entendemos que o erro material do contador não gera desclassificação da empresa e nem induz que o documento possui conteúdo errado.

Ante ao exposto, pelos fatos aqui discorridos, pela tempestividade de que se reveste e por entendermos que esta decisão não fere os princípios norteadores da Administração Pública,



sugerimos que ao Recurso Administrativo da empresa Adservig Vigilância Ltda seja **negado provimento**, mantendo a empresa **MAC VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI – ME habilitada e vendedora no presente certame**.

Curitiba, 03 de junho de 2019.


Rosi Mari Santos
Pregoeira

IV - A empresa FORCE VIGILÂNCIA LTDA., 3ª colocada no certame, apresentou Recurso Administrativo contra esta decisão. Seguem abaixo as suas alegações, as contrarrazões da empresa MAC Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli – ME e o parecer da Pregoeira:

A recorrente destaca irregularidades que considera insanáveis na documentação de habilitação da empresa MAC Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli – ME, conforme abaixo detalhadas:

1) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.1) ATESTADO ESCAPAMENTOS GUAPORÉ

O atestado de capacidade técnica elaborado pela empresa citada não apresenta vigência, já que informa apenas que o início da prestação de serviços ocorreu em 01/05/2013 e que até 20/04/2018, data de elaboração do atestado permanecia prestando serviços, ou seja, é possível afirmar que referido contrato se encontra e/ou se encontrava em execução no momento da emissão do atestado, contrariando o disposto do Edital.

Assim, a Recorrente requereu que fosse determinado à MAC a comprovação da efetiva prestação de serviços (apresentação de notas fiscais do contrato de prestação de serviços) dos últimos três meses de prestação de serviços, a fim de comprovar os valores pagos pela atestante.

Requer também seja determinada diligência no local para averiguação das informações constantes no atestado, tendo em vista as evidências apresentadas em linhas pretéritas.

Contrarrazão:

Em relação aos serviços prestados à Escapamento Guaporé, estes foram encerrados no dia 28/02/2019, portanto a recorrida não presta mais serviço muito antes da data do pregão, conforme rescisão em anexo.

Pregoeira:

Com o intuito de averiguar a dúvida levantada e, dentro do poder dever da pregoeira, foram efetuadas as diligências relativas ao assunto nas quais foram apresentadas informações e documentos complementares: solicitamos à empresa Mac informações sobre o referido atestado, a qual apresentou cópia da rescisão de contrato de prestação de serviços, executado a partir de 01/05/2013 e finalizado em 28/02/2019, comprovando que o contrato

não está mais em execução, apesar do atestado se referir: ..."até a presente data de 20 de abril de 2018". Foi apresentada também declaração assinada pelo Sr. Walfredo Rodrigues Vieira, proprietário, afirmando que a referida empresa executou seus serviços a contento. Não foram realizadas diligências no local devido a distância entre os municípios, porém, os documentos apresentados sanaram as dúvidas apresentadas. Sendo assim, entende-se que este atestado deve ser considerado.

1.2) ATESTADO KURICA AMBIENTAL

Em relação à empresa Kurica, informa a Recorrente que após contato telefônico com referida empresa no telefone constante do Atestado, foi informada pelos funcionários que a empresa não possui contrato empresa de vigilância terceirizada, e que os respectivos serviços são prestados por funcionário próprio.

Contrarrazão:

A recorrente afirma:

"(...) que funcionários informaram que há empresa não possui contrato não empresa de vigilância terceirizado, e que os respectivos serviços são prestados por funcionário próprio."

A recorrida entrou em contato com a funcionaria Natalia e a mesma informou que trabalha lá desde ano de 2017 informou também que somente teria recebido a ligação de uma única empresa de vigilância oferecendo seus serviços e que em momento algum foi lhe perguntado se a empresa Mac teria prestado serviço, até porque a funcionária não teria trabalhado na época e sim, veio a começar a trabalhar na Kurica em 2017, dois anos após a prestação de serviço, que se deu no ano de 2015, a mesma afirmou que mesmo que tivesse perguntado sobre a empresa Mac não saberia informar e teria que perguntar para alguém. Diante dos fatos a requerida junta Notas fiscais que comprova a veracidade, visto que não há como emitir nota fiscal retroativa e a confirmação da nota fiscal de sua autenticidade se dá no site da Prefeitura de Londrina.

Todos os argumentos e inverdades ditas sobre a recorrida restaram-se comprovadas através dos documentos que são suficientes para rechaçar.

Poderia a recorrida juntar declarações e notas fiscais de todos se necessário for, porém os atestados que suprem a capacidade técnica da empresa já estão devidamente preenchidos, não assiste razão há recorrente em divagar sobre conteúdo que sequer comprova.

Insta frisar que compete ao pregoeiro fazer a diligencia se achar que há dúvidas, para justamente não ocorrer o que ocorreu as falsas afirmações da recorrente, portanto a juntada de

alguns documentos já mostra a realidade dos fatos. Se a devida necessidade de se alongar nesta questão.

Pregoeira:

Em contato telefônico com o Sr. Fábio Henrique Pereira Mano, às 15:45 do dia 28/05/2019, o mesmo informou que a empresa Mac prestou serviços em 2015, com um total de 04 (quatro) postos, no regime 12x36, conforme notas fiscais apresentadas pela referida empresa. Confirmou ainda, que nesse período a funcionária Natália não fazia parte do quadro funcional da empresa, sendo que a mesma começou a trabalhar somente em 2017. Diante da dúvida levantada e, dentro do poder dever da pregoeira, foram efetuadas as diligências relativas ao assunto nas quais foram apresentadas informações e documentos complementares. Sendo assim, entende-se que este atestado deve ser considerado.

1.3) ATESTADO ARUCEL

Em relação ao atestado da Associação Representativa dos Usuários da CEASA de Londrina – ARUCEL, o mesmo não apresenta o período de vigência do contrato, informando apenas que a empresa MAC lhe prestou serviços de vigilância armada e desarmada, sendo impossível constatar se a prestação de serviços está ou não em execução, o que desatende ao item 15.6, no que se refere a compatibilidade com o objeto, quantidades e prazo do contrato licitado, além do que não aponta com clareza o encerramento do contrato.

Além disso, o atestado sequer informa o número de vigilantes designados nos supostos postos contratados, sendo inservível para demonstrar a “aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação”.

Por fim, convém destacar que, conforme se verifica no endereço informado no Atestado emitido pela ARUCEL, atualmente a empresa está localizada no interior do CEASA Londrina, sendo certo que o Ceasa de Londrina possui vigilância própria contratada através de licitação. Ora, não há necessidade dos concessionários do CEASA possuírem vigilância própria, motivo pelo qual se toma necessário seja realizada diligência no local.

Contrarrazão:

Para dirimir qualquer dúvida em relação ao atestado de capacidade técnica, a recorrida enviou o contrato de prestação de serviço, porém, ressalta que o edital não exigia a juntada de contrato de prestação de serviço.

A recorrida ressalta que a recorrente tenta levantar falsas afirmações, pois nos links abaixo constam informações sobre empresas, que sediadas em Londrina, entre outras cidades, não

necessitam de licitação, bem como em rol das empresas concessionárias de Londrina, consta a empresa que contratou os serviços da recorrida.

<http://www.ceasa.pr.gov.br/arquivos/File/Licitacao/informacoesLONDRINA/DESPENSALICITACAOLODRINA2011.pdf>

Pregoeira:

O atestado apresentado pela empresa acima comprovou inicialmente os serviços de vigilante armado e desarmado. Após a apresentação dos recursos, a empresa Mac enviou uma cópia do contrato firmado com a referida empresa, verificou-se que a empresa disponibilizou um posto de serviço de vigilância armada, em período de 12 horas, com um vigilante das 17:00 às 05:00 horas e outro das 22:00 às 10:00 horas, em regime de escala 12x36. Quanto ao período da prestação dos serviços, o Contrato, em sua Cláusula Sétima, diz: "O prazo do presente instrumento dar-se-á por um prazo indeterminado, com início no dia 14/02/2014 não podendo ser rescindido dentro de um prazo de 01 (um) ano". Porém, como o edital é soberano e cita no item 15.6, "a", que não serão aceitos atestados referentes a contratos que estejam em execução; o fato da empresa recorrida não comprovar o término/rescisão do contrato e também a pregoeira não conseguir contato com a ARUCEL para diligenciar o documento, por fim, o atestado não será considerado.

1.4) ATESTADO NOVA GERAÇÃO

No que se refere à empresa Nova Geração, cumpre destacar que se trata de empresa de eventos, ou seja, não guarda qualquer relação com o serviço licitado.

Ademais, o Atestado informa que a MAC presta serviços para referida empresa desde 10/01/2014 até a data da emissão do Atestado, sendo impossível constatar se a prestação de serviços está a ou não em execução, o que desatende a parte final do item 15.6. do Edital de Licitação.

Outrossim, destaca a Recorrente que o Sr. Douglas Silva Lopes, o qual assinou o Atestado de Capacidade Técnica, não se trata de representante legal da empresa.

Contrarrazão:

Para que o segurança possa trabalhar em Boates ou eventos de grande porte ele necessita ter curso de vigilante e somente a empresa que possui a autorização da Polícia Federal pode realizar este tipo serviço, sendo proibido a empresa de terceirizações e outros seguimentos a contratação de segurança para eventos conforme verifica-se na mesma PORTARIA N ° 3.233/2012-DG/DPF.

Art. 19 - A atividade de vigilância patrimonial em **grandes eventos, assim considerados aqueles realizados em estádios, ginásios ou outros eventos com público superior a três mil pessoas** deverão ser prestadas por **vigilantes especialmente habilitados**.

Parágrafo único - **A habilitação especial referida no caput corresponderá ao curso de extensão em segurança para grandes eventos**, ministrado por empresas de cursos de formação de vigilantes, em conformidade ao disposto nesta Portaria.

Em outras palavras o vigilante faz um curso de extensão para segurança de grandes eventos. Como já exposto, o serviço de segurança é o mesmo que o vigilante, necessita dos mesmos requisitos de formação, registro junto a Polícia Federal, guardam por si só a similaridade.

A recorrida destaca que a recorrente “não trouxe qualquer comprovação de que a pessoa responsável pela emissão do atestado de capacidade técnica não possua poderes para o fazer, qual fundamentação jurídica a recorrente utilizou -se que somente o proprietário da empresa pode emitir o atestado de capacidade técnica.”

Conforme artigo 30 da lei 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

Ou seja, a única exigência da lei é que os atestados sejam emitidos por pessoa jurídica seja ela de direito público ou privado, e diante da vasta jurisprudência e doutrina, além da Lei Específica sobre a área de segurança privada, que demonstra que o segurança é o mesmo que vigilante.

A recorrida afirma que o atestado da Nova Geração possui sim validade, bem como somente ele é possível demonstrar o quantitativo necessário exigido pelo edital, vez que para a prestação de serviço são necessários diversos vigilantes, isto inclui para trabalhos em eventos e na boate que é periódico. A recorrida informa ainda que o contrato findou-se em dezembro de 2018.

Ressalta-se também que o edital é omissivo em relação ao que deveria ser somente escala 12x36, apenas remete a exigência de quantidade e prazo. Novamente compete repetir o ônus da prova é de quem alega, que não pode se desincumbir de provar.

Pregoeira:

Diante da dúvida levantada e, dentro do poder dever da pregoeira, foram efetuadas as diligências relativas ao assunto nas quais foram apresentadas informações e documentos complementares: em contato telefônico com o Sr. Douglas Silva Lopes Soares, às 14:43h do dia 28/05/2019, o mesmo nos informou da idoneidade da empresa Mac que prestou os

serviços no período de 10/01/2014 até 10/01/2019, conforme atestado e que todos os seus seguranças possuíam curso de vigilante em dia e também porte de armas durante toda a vigência do contrato, informou ainda ser o responsável por este contrato na empresa, por isso ter assinado o atestado, e que também está totalmente a dispor para melhores informações. A recorrida comprovou, após diligência, que o contrato não está mais vigente com a cópia do Contrato de Prestação de Serviços e da Rescisão do Contrato. Consta também que para a execução dos serviços do referido contrato foram necessários 60 (sessenta) seguranças semanalmente, em uma escala de 8 horas diárias em horários alternados. Sendo assim, entende-se que este atestado deve ser considerado.

1.5) ATESTADO TOTAL EMPREENDIMENTOS

Em relação ao Atestado conferido pela empresa Total Empreendimentos e Participações Ltda., destaca a Recorrente que o Sr. Jose Constantino Caldini, o qual assinou referido documento, não se trata de representante legal da empresa.

Em virtude deste fato a Recorrente tomou a liberdade de ligar na referida empresa, cuja sede é em Curitiba conforme seu cartão de CNPJ (obtido no site da Receita Federal), e nenhum funcionário soube informar se empresa já teve ou mantém contratos vigentes com a empresa Mac Vigilância.

Contrarrazão:


A recorrida informa que os serviços para a empresa Total Empreendimentos foram prestados em Londrina, conforme endereço na Nota Fiscal enviada, e não em Curitiba, como alega a recorrente. Para comprovação, a recorrida instruiu sua resposta com as notas fiscais emitidas, sendo que foi juntada a 1ª nota emitida e a última, por questão de economia processual. Data do início da prestação de serviço dia 15/01/2015 e término em 30/09/2017.

Insta frisar que a recorrente alega ter ligado, porém não informa a pessoa que atendeu o telefone o horário da ligação e o número telefone ligado. bem como ligou em Curitiba, onde nada tem a ver com a prestação do serviço, ou seja, não há como argumentar diante da inépcia documental.

A recorrida destaca que a recorrente "não trouxe qualquer comprovação de que a pessoa responsável pela emissão do atestado de capacidade técnica não possua poderes para o fazer, qual fundamentação jurídica a recorrente utilizou -se que somente o proprietário da empresa pode emitir o atestado de capacidade técnica."

Conforme artigo 30 da lei 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:


22

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

Ou seja, a única exigência da lei é que os atestados sejam emitidos por pessoa jurídica seja ela de direito público ou privado.

Pregoeira:

O atestado foi diligenciado para esclarecer dúvidas trazidas com os recursos, e, em contato telefônico com o Sr. José Constantino Caldini, às 15:32h do dia 28/05/2019, ele nos confirmou que a empresa Mac prestou serviços de vigilância armada noturna e serviço de portaria, no período de 15/01/2015 a 30/09/2017, sendo um vigilante armado à noite, no período das 19:00 às 07:00 horas e um porteiro 24 horas (12x36), conforme notas fiscais apresentadas pela recorrida. Em relação ao representante que assinou o referido atestado de capacidade técnica, o Sr. José Caldini informou que é o responsável pelo controle e execução do contrato, entende-se, por este motivo, que o mesmo deve ser considerado.

1.6) ATESTADOS IPORAMA, TOTAL EMPREENDIMENTOS, KURICA E COPEL

Ainda, em relação às empresas Iporama Comunicação, Total Empreendimentos e Participações, Kurica Ambiental e Copel, destaca a Recorrente que o número de vigilantes informados nos atestados como prestadores de serviços NÃO demonstra a aptidão da empresa MAC.

Destaca a Recorrente o número de postos informados pelas referidas empresas:

- IPORAMA COMUNICAÇÃO: 01 (um) posto de escala 12x36, 24 horas e 01 (um) um posto com 02 (dois) funcionários em escala de 44 horas semanais;
- TOTAL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES: Serviços de vigilante armado e desarmado, sequer informando o número de vigilantes;
- KURICA AMBIENTAL S/A: Serviços de vigilante armado e desarmado, sequer informando o número de vigilantes;
- COPEL: 01 (um) posto de serviço nas instalações do almoxarifado, sequer informando a espécie de prestação de serviços.

Frise-se, o item 15.6. exige que o atestado de capacidade técnica comprove "que há aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, **quantidades** e prazos com o objeto desta licitação".

Para a recorrente, é óbvio que os atestados apresentados pela MAC não comprovam sua capacidade de prestação de serviços, especialmente em relação a quantidade de postos dispostas no Edital de Licitação, já que todos demonstram que a prestação de serviços se deu em quantidade reduzida, que, de acordo com o Anexo I, do Edital de Licitação, vencedora deverá atender as necessidades da TECPAR em relação a quantidade de profissionais habilitados.

Contrarrazão:

A recorrida apresentou diversos julgados do TCU que versam sobre a aceitação, para comprovação de capacidade técnica, seja feita a somatória dos atestados, e não há divergência entre o edital que não especifica ser proibido a somatória, até mesmo porque a legislação veda este tipo de previsão no edital.

A jurisprudência é pacífica no sentido de a Administração privar-se de estabelecer número mínimo de atestados, permitindo assim a somatória dos mesmos para a comprovação de qualificação técnica necessária para a contratação.

Pregoeira:

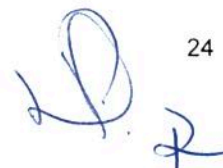
Entendemos também que a jurisprudência é pacífica no sentido de a Administração privar-se de estabelecer número mínimo de atestados, permitindo assim a somatória dos mesmos para a comprovação de qualificação técnica necessária para a contratação. Destaca-se ainda, que a empresa Total apresentou dois atestados, um deles era inespecífico com relação a quantidade de postos e prazo de execução dos serviços e também entendemos que ambos eram complementares e pertenciam a mesma contratação, assim, consideramos o atestado que descrevia claramente informações de postos e período de execução.

Os atestados da Kurica Ambiental e Copel foram diligenciados após a apresentação dos contratos de prestação de serviços, sendo ambos considerados para comprovação da capacidade técnica da recorrida.

1.7) ATESTADO COPEL

Destaca a recorrente outra irregularidade insanável em relação ao Atestado de capacidade técnica emitido pela Copel, uma vez que o Atestado não corresponde ao contrato apresentado pela MAC.

Observe -se que o Atestado de capacidade Técnica apresentado informa como número de contrato VADNRT N° 4600014706, tendo a MAC prestado serviços no período de 01/05/2018 a 30/04/2019. Contudo, o contrato anexado pela MAC possui o número 4600016745, ou seja, não se refere aquele atestado pela COPEL.



Ademais, convém destacar o previsto no §10 do art. 19 da IN 02/2008:

Art. 19 (...)

§ 10. O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. (Incluído pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).

A empresa MAC apresentou Atestados emitidos por Empresas Privadas, contudo, deixou de anexar cópia do contrato que deu suporte a contratação, dentre outros documentos, o que contraria o Edital e o §10º do Art. 19 da IN 6/2013.

Frise-se, nenhum dos Atestados apresentados pela empresa MAC veio acompanhado de cópia do contrato e outros documentos aptos a demonstrar sua legitimidade. Ou seja, não atendem aos requisitos estatuídos no Edital e na IN 02/2008, motivo pelo qual a licitante MAC deve ser DESABILITADA para a contratação.

Portanto, conforme se verificou, todos os Atestados de Capacidade Técnica apresentados pela empresa MAC são inservíveis para comprovação da capacidade técnica, ante as inúmeras irregularidades apresentadas. Vale destacar que a Administração está vinculada a Lei e as cláusulas do instrumento convocatório, não podendo desconsidera-las, conforme previsto art. 41 da Lei nº 8.666 / 93 - princípio da vinculação ao ato convocatório.

Importa ainda destacar que não são inúmeras as exigências para o cumprimento do objeto do presente procedimento de contratação, não se tratando apenas de simples disponibilização de pessoas, ou de mão de obra, sendo certo que a empresa MAC não demonstrou sua aptidão para o cumprimento do objeto do ato convocatório.

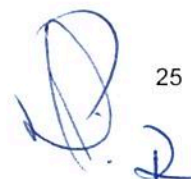
E vedado a Administração Pública compactuar com a burla a legislação, sob pena de também se ver compelida a arcar com as consequências das relações trabalhistas e consequências fiscais e previdenciárias.

Contrarrazão:

Insta frisar que a recorrida possuía como cliente duas COPEL, uma em Londrina Paraná do atestado e outra em São José dos Pinhais.

A recorrida cumpriu todos os requisitos do edital no item 15.6 sendo que no edital não há previsão de entrega de contrato juntamente com o atestado. Ademais enfatiza o TCU:

Acórdão 1224/2015 - Plenário - É ilegal a exigência de que atestados de capacidade técnica estejam acompanhados de cópias de notas fiscais ou contratos que os lastreiem, uma vez que a relação de documentos de habilitação constante dos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993 é taxativa.

 25

O administrador deve se atrelar ao princípio da vinculação do ato convocatório - artigo 41 lei 8.666/93.

Destaca ainda a recorrida que a normativa trazida pelo recorrente INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008 foi Revogada pela IN nº 5, de 26 de maio de 2017.

Pregoeira:


Apesar do edital não exigir que sejam apresentados os contratos referentes aos atestados apresentados, é correto a afirmação da recorrente em afirmar que o contrato apresentado não corresponde ao atestado de capacidade técnica. Após diligências a esse respeito, a empresa Mac apresentou cópia do contrato correto.

Convém destacar que a recorrida, na comprovação de sua qualificação técnica apresentou o atestado da Copel, referente ao Contrato VADNRT nº 4600014706 e também apresentou o contrato nº 4600016745. O atestado não foi considerado, pois o término da vigência foi 30/04/2019 e a abertura do PE 052/2018 ocorreu em 28/03/2019, portanto, o contrato ainda estava em vigência.

A Pregoeira também destaca que a Instrução Normativa apresentada pela recorrente, além de ter sido revogada, era de aplicação obrigatória a órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e, ainda, que o Tecpar não compactua para burlar qualquer normativo legal, nossos processos visam o atendimento à legislação e aos princípios norteadores da Administração Pública e das licitações.

PARECER SOBRE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A empresa MAC Vigilância e Segurança Patrimonial Eireli - ME, declarada vencedora do certame, apresentou diversos atestados de capacidade técnica para comprovar sua aptidão para desempenhar os serviços contratados. As características ao objeto contratado foram compatíveis em todos os atestados apresentados; a quantidade de postos comprovados inicialmente atendeu a jurisprudência do TCU citada no capítulo II acima, porém, após diligências realizadas com o intuito de averiguar dúvidas levantadas pelos recursos, foi constatado inclusive que a empresa MAC comprovou ultrapassar o quantitativo total de postos desta licitação; e o prazo de execução de serviços compatíveis ao licitado, também ultrapassou os 3 (três) anos de execução da referida licitação, com a somatória dos atestados de capacidade técnica apresentados.



2) PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇO:

2.1) IRREGULARIDADES INSANAVEIS NA PROPOSTA DA EMPRESA MAC EM RELAÇÃO A PROVISÃO DE INTRAJORNADA

Conforme se verá a seguir, a empresa MAC apresentou sua proposta com planilhas que demonstram irregularidades e omissões contrárias a legislação aplicável, o que torna inviável a manutenção da classificação da proposta daquela empresa.

A proposta apresenta irregularidade na provisão de intervalo intrajornada na prestação de serviços de Vigilância Armada nos Campus Tecpar.

Ora, conforme se observa na planilha de custos e formação de preços, a MAC apresentou na descrição do item "intervalo intrajornada" a intenção de indenizar 30 (trinta) minutos de referido intervalo, o que importaria no valor de R\$ 111,48 (cento e onze reais e quarenta e oito centavos). Todavia, em momento algum existe a previsão de que os vigilantes podem se ausentar do posto de serviços por 00:30 minutos, ou seja a intrajornada deve ser paga integralmente ao trabalhador. A questão de intervalo foi esclarecida no Licitações-e no dia 15/03/2019, conforme descrito abaixo:

15/03/2019 às 14:39:03 QUEST.02: "...como será a questão do intervalo dos vigilantes, será pago através de intrajornada (sem intervalo), ou haverá 01h de intervalo para as refeições, e neste caso, seria sem reposição?
RESP.02: Atualmente é pago intrajornada (sem intervalo).

Sendo assim, a planilha de composição de custos está demonstrando que o Tecpar ficará um período diurno e um noturno sem segurança em suas guaritas e portões, contrariando a própria instrução que fornecida de forma pública através do esclarecimento.

Cabe ressaltar que no campo onde se destaca o valor da intrajornada, na planilha de composição de custos, foi acrescentado que será de forma indenizatória, isso realmente é correto, no entanto, se a verba é de natureza indenizatória e não remuneratória, o valor correspondente não deve compor a base de cálculo para os encargos trabalhistas de acordo com a legislação vigente. Isso pode ser constatado no campo **1.2. Encargos sociais mensais sobre Remuneração Total (1)**. O correto é não compor base para encargos, já que se está indenizando e não remunerando o intervalo intrajornada, não há razão alguma para que o Tecpar pague por encargos que não serão repassados ao trabalhador.

Trata-se de gravíssima descon sideração de norma trabalhista, ou seja, irregularidade insanável, o que inevitavelmente deve levar a sumaria desclassificação da proposta.



Contrarrazão:

A recorrente afirma não possuir amparo jurídico para o pagamento de somente 30 minutos de intervalo intrajornada, ao meu ver a recorrente está desatualizada em relação a nova alteração das CLT, tanto é que apenas afirma, não junta qualquer fundamentação em seus argumentos que serão rechaçados pela legislação aplicável abaixo.

Conforme previsto na Convenção Coletiva de Trabalho dos Vigilantes registrada sob o n.º PR000379/2019 em 21/02/2019, CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA *in verbis*:

À face do contido no art. 611- A da CLT, faculta-se a adoção do intervalo intrajornada de 30 minutos, mediante ajuste entre empregado e empregador.

Parágrafo Único: Quando da indenização da supressão do intervalo aqui tratado deverá ser considerado o salário e o adicional de periculosidade, quando este for pago habitualmente, certo que o intervalo pode ser usufruído no local de trabalho e deverá assim ser feito quando do trabalho considerado em horário noturno, para preservar a incolumidade física do trabalhador.

Diante da convenção ao que se torna lei entre as partes, bem como o permissionário legal previsto na CLT as partes empregado e empregador poderão mediante acordo ajustar o intervalo de somente 30 minutos para intrajornada, que será pago relativamente sobre os 30 minutos.

Artigo 611-A, III, CLT *in verbis*:

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre:

III - intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas;

Em relação aos reflexos a recorrida teve como base a planilha de modelo utilizada pela Tecpar na página 48 do edital. Porém, mesmo que o Tecpar requeira que seja modificada os valores da proposta não sofreram majoração, pelo contrário o valor atribuído será revertido para o lucro da empresa.

Pregoeira:

Em referência a provisão de intrajornada já citada no quest. 02, o Tecpar atualmente paga a intrajornada (sem intervalo), caracterizando com verba indenizatória, como na planilha apresentada no processo licitatório está incidindo encargos sociais mensais sobre remuneração total (1) indevidamente, estamos alterando conforme a legislação e será refeita a proposta conforme o valor arrematado.

3) INABILITAÇÃO DA EMPRESA MAC EM OUTROS PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Recorrente alega que a empresa MAC vem sendo desclassificada em outros processos licitatórios por irregularidades na documentação apresentada e ausência de comprovação de experiência mínima exigida pelo edital do certame a título de qualificação técnica operacional. Em uma desclassificação, o pregoeiro não aceitou o atestado da Guaporé Escapamentos (mesmo apresentado para esta licitação) alegando que não demonstravam experiência mínima e que apresentava impossibilidade material.

Contrarrazão:

Recorrente colaciona a desclassificação perante um processo licitatório da Câmara Municipal de Londrina, porém não relata a verdade dos fatos, tampouco sabe o que houve. Para a recorrida, ela foi desclassificada de forma errada na contagem de tempo de serviço prestado a Escapamentos Guaporé, e que o atestado foi considerado verdadeiro pelo pregoeiro. O fato de erro na contagem de tempo está sendo discutido em vias judiciais no mandado de segurança nº 0019595-58.2019.8.16.0014.

Pregoeira:

Não cabe ao Tecpar entrar em discussões administrativas ou judiciais referente a decisões de outros pregoeiros ou comissões de licitação, cabe sim ao Tecpar elaborar, avaliar e julgar seus processos licitatórios atendendo às normas legais e aos princípios administrativos aplicáveis a Administração Pública.zxz

4) DA CERTIDÃO SIMPLICADA DA MAC VIGILANCIA:

O item 15.4 do Edital de Licitação exige que a empresa licitante esteja com sua situação fiscal regular, contudo, não é o caso da empresa MAC, uma vez que ao analisarmos a certidão simplificada da referida empresa constamos que se encontra com impedimento extrajudicial, o que fatalmente implica na sua desclassificação ante sua irregularidade perante a Junta Comercial do Paraná.

Desta forma, a empresa MAC deve ser desclassificada, tendo em vista que se encontra com status de “impedimento” perante a Junta Comercial do Paraná.

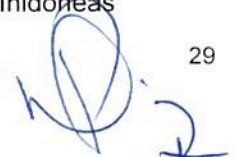
Contrarrazão:

A recorrida contrapõe que não há verdade nas alegações da recorrente, pois a empresa pode sim licitar, bem como não está impedida na junta comercial.

Conforme previsão no edital item 9.2:

Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a. estejam constituídos sob a forma de consorcio;
- b. que se enquadrem em um ou mais dispositivos do artigo 38 da Lei nº 13.303/16;
- c. com registro de inidoneidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas



e Suspensas - CEIS;
d. com registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
e. suspensos no TECPAR: f. que se enquadrem em um ou mais dispositivos dos arts. 43 e 44 do RILC.

O que não é nenhum dos casos da recorrida e tampouco pelas o que consta na legislação, deve a recorrente explicar qual o impedimento da recorrida e não apenas divagar sobre o assunto.

Pregoeira:

A Certidão Simplificada não foi um documento exigido no Edital, porém a empresa apresentou para sua habilitação e a mesma foi anexada ao processo. O documento foi questionado por apresentar em seu "status": COM IMPEDIMENTO EXTRAJUDICIAL. Averiguando a situação com a recorrida, a mesma nos informou que essa situação se devia a seus antigos donos, em 2016, terem feito uma alteração contratual e não passaram o documento pela Polícia Federal. Após regularização e notificação da Polícia Federal para com a Junta Comercial do Paraná retirar o impedimento, a situação foi devidamente regularizada através de documento fornecido pela recorrida no dia 31/05/2019, documento este que ficará anexo ao processo.

Ante ao exposto, pelos fatos aqui discorridos, pela tempestividade de que se reveste e por entendermos que esta decisão não fere os princípios norteadores da Administração Pública, sugerimos que ao Recurso Administrativo da empresa Force Vigilância Ltda seja **negado provimento**, mantendo a empresa **MAC VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI – ME** habilitada e vendedora no presente certame.

Curitiba, 03 de junho de 2019.


Rosi Mari Santos
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2018

De: Diretor-Presidente

Para: Pregoeiro

1. Conheço dos Recursos Administrativos apresentados pelas empresas **ADSERVIG – VIGILÂNCIA LTDA.** e **FORCE VIGILÂNCIA LTDA.**, e, tomando por razões de decidir as informações prestadas pelo Pregoeiro do Tecpar, **julgo os mesmos improcedentes;**
2. Comunique-se às Recorrentes e demais participantes e dê-se andamento aos demais atos do certame.

Curitiba, 03 de junho de 2019.


FABIO CAMMAROTA
DIRETOR-PRESIDENTE